

Atalhas  
 2

Ata do Trigesimo Segunda Sessão Ordinária do Segundo Período Legislativo da Câmara Municipal de Cabo Frio, realizada no dia 06 (seis) de dezembro do ano de 2001 (dois mil e um).

As quinze horas do dia 06 (seis)

de dezembro do ano de 2001 (dois mil e um) sob a Presidência em exercício do Vereador Eduardo Jorge Lira e com a Súplicação da Sumária Secretária pelo Vereador Ricardo Serrino da Fonseca reuniu-se ordinariamente a Câmara Municipal de Cabo Frio. Além disso, responderam a chamada regimental os seguintes Vereadores: Guy Silva da Rocha, Aires Braga de Aguiar, Altair Graça da Silva, Ammary Valério Thomaz Júnior, Antônio Carlos de Carvalho Mendes, Emangel Fernandes Leite da Silva, Gustavo Antônio Guimarães Senanger, Jairo do Santos Mendes, José Eduardo Silva de Almeida, José Carlos, Roberto, Paulo Eduardo da Silva Almeida, Neu Leachado de Faria e Marcos Rodrigues Bento. Havendo número regimental, o Senhor Presidente em exercício declarou aberta a presente Sessão, em nome de Deus. A seguir, foram lidas e aprovadas as seguintes Atas: Ata do Trigesimo Primeira Sessão Ordinária do Segundo Período Legislativo e Ata do Trigesimo Segunda Sessão Extraordinária do Segundo Período Legislativo. A seguir, o Senhor Presidente após o cumprimento do rito regimental, solicitou ao Senhor Sumário Secretário a leitura do Expediente que consistiu do seguinte: Projeto/CMCCE - nº 086/2001 - Vereador Municipal, assunto: Encaminha para apreciação desta Casa Legislativa a Resolução nº 018/2001 e respectivas Resoluções de nº 097/2001 - Vereador José Eduardo Silva de Almeida, assunto: Dispõe sobre a obrigatoriedade de percentual de dez por cento, no mínimo, de pontuações atribuídas para os candidatos, nas escolas públicas do Município de Cabo Frio, Projeto de Lei nº 098/2001 - Vereador José Eduardo Silva de Almeida, assunto: Dispõe sobre a criação da Guarda Municipal Municipal no Município de Cabo Frio, Projeto de Lei nº 099/2001 - Vereador José Eduardo Silva de Almeida, assunto: Dispõe sobre a proibição do trabalho de serviços considerados essenciais e de interesse público, pelas empresas

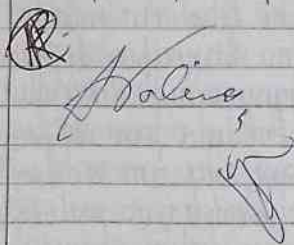
proladas de seus serviços, públicas ou privadas, Projeto de Lei nº 100/2001 - Remoção nº 018/2001, assunto: Autoriza o Poder Executivo a celebrar acordo de amortização das dívidas do Município para com o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, através de contribuições sociais, recolhidas as das entidades do Administração Indústrias, nos termos da Lei Federal nº 9.639, de 25 de maio de 1998; Projeto de Resolução nº 015/2001 - Vereador José Eduardo, assunto: Institui o Fórum Permanente de Debate (Fórum), de temas ligados à Saúde, saneamento e Meio Ambiente; requerimento nº 232/2001 - Vereador José Eduardo, assunto: requer ao Excmº Sr. Governador do Estado do Rio de Janeiro, a celebração de parceria com a Prefeitura Municipal de Cabo Frio, para a implantação do "Programa Personal de Saúde do Escolar"; requerimento nº 233/2001 - Vereador Altairi Graça da Silva, assunto: requer entrega de cópia de Relatório de Avaliação de Gestão de Trabalho Educacional Santa Thelena, em nome de sua filha, Srta. Jéssica Pedrosa Magalhães Vital; requerimento nº 234/2001 - Vereador João Mendes, assunto: requer ao Excmº Sr. Prefeito Municipal o envio a esta Casa Legislativa de cópia de inteiro teor dos processos de nº 18.624 e 18.625/2001; requerimento nº 235/2001 - Vereador Altairi Graça da Silva, assunto: requer ao Excmº Sr. Governador do Estado do Rio de Janeiro, a implantação de um posto de saúde (DPO), na Av. Américo Penteado, em frente a Praça Francisco Ribeiro, no Bairro Inua do Itaperiú, Indicação nº 407/2001 - Vereador Altairi Graça da Silva, assunto: solicita ao Excmº Sr. Prefeito Municipal providenciar junto ao Governo do Estado do Rio de Janeiro, para a implantação de um posto de saúde (DPO), na Av. Américo Penteado, em frente a Praça Francisco Ribeiro, no Bairro Inua do Itaperiú, Indicação nº 408/2001 - Vereador Amury Valério, assunto: solicita ao Excmº Sr. Prefeito Municipal que passe a utilizar a Escola Municipal Fernando Geyer, como um núcleo de educação de jovens, utilizando o método Knille, remanejada a turma do Expediente, o Senhor Presidente renunciou a Turma aos créditos imputados. Deputar a Turma como primeira turma matriculando o Vereador Altairi Graça da Silva (L.P.), registrando inicialmente a Turma de Alunos, dirigida a Escola Lúcia de Paiva e Centro Educacional

na Santa Helena, procedendo a seguir a leitura dos municípios que noticia-  
 ram o educandário. Prosseguindo, elaborou amplo relato sobre as ativi-  
 dades do Estado, destacando a competência e empenho de seus funcio-  
 nários e ainda, diferenciada a escola por aprender também a quan-  
 ta e obrigações, dando como exemplo o seu próprio filho gerente au-  
 dências. Iniciou a seguir a presença do Senhor Milton Avario, anti-  
 go morador da cidade, e que por seus méritos havia sido agraciado  
 com o título de cidadão caboclinense, propositivo de sua autoria, e que  
 o referido cidadão por se encontrar ausente do Estado, não pudera  
 receber o título naquela oportunidade do dia 08 do mês de novem-  
 bro, no que encimou sua fala. A seguir, expôs e sublinhou o Decreto  
 José Eduardo Silva de Almada, comentando inicialmente sobre o artigo  
 de lei 094/2001, dispondo sobre o município de Itapicuru em man-  
 tença em parte do mobiliário da rede municipal de ensino, adaptada  
 para deficientes, observando que apesar da singularidade do fato ou  
 da singularidade, não dispensa o alcance para tal regime da Comunidade  
 a seguir, comentou sobre o artigo de lei 098/2001, também de sua autori-  
 a dispondo sobre a criação da Guarda Municipal. Desta vez, enfatizou  
 do seu uma declaração do artigo 096/2001, de autoria do Vereador  
 Amunay Valejo, regulamentando o Parque Biológico Comunitário  
 das Quintas. Prosseguindo comentou que no próximo dia 18, a  
 Câmara estará participando de audiência pública sobre a questão  
 do saneamento da Lagoa de Grammatz, ato que por seu entender  
 estará ligado à criação da Guarda Municipal do Município. De  
 que fez comentários sobre futuros para o ingresso na Guarda  
 da Polícia do Município, com municípios que ficam resguardadas  
 uma situação a ellas do patrimônio ecológico da região. Quanto  
 ao artigo de lei 099/2001, disse que o seu texto tinha como obje-  
 to impedir que empresas prestadoras de serviços públicos essen-  
 ciais, deixassem o atendimento de tais serviços, sendo prevista a  
 multa em UFIR, e outras sanções, evitando-se assim que instituições  
 como hospitais, creches e similares no âmbito municipal paralisas-  
 sem pontualmente como os já relatados pelo Vereador Santo Espírito  
 no, quando. Dando continuidade a sua fala, discorreu sobre o artigo  
 de lei 015/2001, também de sua autoria dispondo sobre o Fórum

nente de debates, dispondo sobre instrumentos legislativos capazes de promover a discussão permanente de questões relevantes para a sociedade, citando como exemplo, educação, saúde, meio ambiente e outros temas de igual importância. Citou ainda que em princípio, o debate teve caráter técnico, vice-presidente do programa de Pós-graduação do CEPE do UFPA, mas depois, para o Município a discussão sobre energia e radioatividade, relatando incidentes quanto a energia I, sem que a comunidade fosse comunicada, destacando também os desdobramentos negativos de fatos similares. Com relação ao requerimento 832/2001, disse que tinha como finalidade servir para o Município através de visitas no programa Nacional de Saúde do Cidadão, dirigido principalmente para de frente auditivo e de visão, fatos que quase sempre não eram levados em consideração no sistema de educação. Referiu-se a seguir sobre o projeto que se apresentou obrigando o Município a ter o órgão denominado NAE, Núcleo de Assistência ao Educando, dedicado a acompanhar crianças consideradas especiais, e colocando comentários de ordem técnica encimou sua fala. A seguir, ocupou a tribuna o vereador Fábio dos Santos Mendes, comentando inicialmente quanto a notícias veiculadas na imprensa, que sempre o Prefeito promove o ML de equipamentos necessários ao seu funcionamento, não cabendo a expressão de doação de auxílio a instituição que integra o serviço público municipal. Disse que o Prefeito providenciou a avaliação para o ML após a denúncia que colocou na tribuna do povo, quanto ao estado precário do veículo que servia ao ML e cando, em último que ocorreu em forma de circulação local. Ressaltando falou também sobre comentários de sua autoria quanto a renegociação do Brasil fazendo distinções salariais em algumas categorias funcionais, e que haviam sido corrigidas após seus comentários anteriores, por serem enviados ao legislativo adequando tal situação. Disse que diante de tal fato estava efano que o oposição cumpria com seus deveres no debate das questões do Município. Adiante, referiu-se a renegociação Brasileira dispondo sobre autorização do legislativo para que o Município parcelasse as dívidas contraídas junto ao INSS, envolvendo também o INSS e a extinta PREC, registrando ainda, que a SECEP autarquia com o

mesmos fundamentos surgiu com a Previdência Social. Ainda sobre  
 a referida mensagem, disse que a mesma não faz alusão aos débitos  
 em sua totalidade e muito menos aos pagamentos a serem negociados, e da  
 mesma forma garantias do Município exigidas pela legislação federal.  
 Adiante, disse que após os debates em Plenário a mensagem transitaria  
 pelas Comissões Técnicas, o que não impediria o Executivo de enviar  
 novo texto ao Legislativo, dependendo sobre o mesmo assunto e negociação  
 do valor da dívida do Município, no ordem de vinte e cinco milhões  
 e meio de reais, acrescidos a quatro milhões e novecentos mil devidos  
 pelo Rorup e cento e cinquenta e nove mil reais devidos pela Sane  
 do INSS. Inquirido, disse que o valor da dívida de Responsabilidade  
 do Secaf, criada recentemente, alcançava quase quinhentos mil  
 reais. Adiante, disse ter experência em parcelamento de dívida com  
 a previdência, ao tempo em que integrou a administração municipal  
 passivo que após consolidação junto ao Governo Federal, foi inte-  
 rrompido pelo atual Governo do Município e assim, tendo que ser res-  
 tabelecido com valores extremamente corrigidos, causando gran-  
 des prejuízos ao erário público, no que encimou sua fala. O requir  
 ocupou a tribuna o Vereador Manoel Fernandes, que inicialmente  
 conclamou a todos os entes envolvidos na questão do meu am-  
 biente para que no dia 12 de dezembro próximo partiu por um de-  
 nunciação com o Prolegaco, quando seria mais uma vez discutida a  
 despoluição da Lagoa de Braxama, situação agendada pelo Va-  
 der e também pelo Vereador Altair Garcia da Silva em encontro  
 dependendo sobre o mesmo assunto, realizado no Município de São  
 Pedro no dia 12 de julho. Com relação aos funcionários da Pre-  
 vida, depunha no sentido de Termo de Ajuste de Conduta firmado jun-  
 to ao Ministério Público, dispôs os apês que estavam sendo  
 desenvolvidos pelo Patamar junto ao Município, no sentido  
 de que tais trabalhadores recebessem as parcelas indenizatórias re-  
 ferentes ao período trabalhado. falou de suas atividades junto ao  
 Legislativo, do seu empenho em atender as justas reivindicações  
 da Comunidade, agradecendo o requir ao Prefeito Municipal, pelas obras  
 que estavam sendo realizadas nos Bairros Depista e Uno, desejando  
 do seu orgulho por ter sido o autor das proposições que instaram

luz obras, destacando o apoio recebido de todos os Vereadores. Destacou ainda, a atuação do Vereador Bonifácio, que no interstício em que assumiu a Prefeitura, dedicou especial atenção aos reclamos dos Bairros Vapora e Reno, e agradecendo a atenção de todos em nome sua fala não havendo mais ordens inscritos para o uso da tribuna, o Senhor Presidente conduziu os trabalhos para a Ordem do Dia. Sendo etapa foi aprovado parecer favorável da Comissão de Saúde, Saneamento e Meio Ambiente e requerimento de Urgência nº 226/2001 para as demais Comissões técnicas em um parecer. Aprovado requerimento de Urgência nº 236/2001 para as Comissões técnicas em um parecer em conjunto ao Projeto de Lei nº 098/2001. Aprovado requerimento de Urgência nº 237/01 para as Comissões técnicas em um parecer em conjunto ao Projeto de Lei nº 100/2001. De 8º nº 018/2001. Foram encaminhados para a Comissão de Constituição e Justiça os seguintes projetos: Projeto de Lei nº 097, 099 e Projeto de Resolução nº 015/2001, foram aprovados os requerimentos nºs: 232, 233 e 235/2001 e as Indicações nº 407, e 408/2001. Reputado o requerimento nº 234/2001. Terminada a Ordem do Dia, o Senhor Presidente encerrou a presente sessão em nome de Deus, marcando Extraordinária para dentro de dez minutos. E, para constar, mandou que se lavrasse a presente Ata, que depois de lida, submetida a aprovação Mensal, aprovada, não assinada para que se produza seus efeitos legais.



Ata da décima sexta sessão extraordinária do segundo turno de legislatura da Câmara Municipal de Povo Novo, realizada no dia 06 (seis) de dezembro do ano de 2001 (dois mil e um)

As dezesseis horas do dia 06 (seis) de dezembro do ano de 2001 (dois mil e um), sob a presidência do Vereador Edueando Bonifácio com a ocupação da tri-